

PROPOSTA DE CRIAÇÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO EM TRÊS ÁREAS NO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO SUL

Kelen Rodrigues da Veiga (*), Gabriele Duarte de Lima, Tanize Dias, Carlos Alberto Seifert Jr.

* Universidade Federal do Rio Grande – FURG; krv.bio@gmail.com

RESUMO

A conservação da biodiversidade é um dos maiores desafios da humanidade. Desse modo, a compatibilização entre o uso racional dos recursos e o desenvolvimento de áreas prioritárias a conservação, ainda que dificultosa, se faz necessária. Assim, o objetivo do presente estudo foi estabelecer três áreas-chave como UCs na cidade costeira de São Lourenço do Sul, bem como as categorias as quais se enquadram as áreas determinadas. Para tal, foram definidos os aspectos físicos, bióticos e socioeconômicos do município de São Lourenço do Sul, juntamente com a caracterização da Bacia hidrográfica do Rio Camaquã, por meio de revisão bibliográfica e ferramentas de georreferenciamento. Foram sinalizadas como zonas pretendidas para UCs: 01 - Saco dos Juncais, que compõe a orla da praia do município. A área predominantemente vegetada por *Juncus* sp., conta ainda com espécies arbóreas e rasteiras, tanto nativas quanto exóticas que oferecem um enorme potencial para reprodução de peixes. Por se tratar de um local urbanizado e com impactos antrópicos foi recomendada a atribuição de uma APA para esse local. 02 - Praia do Farol, que apresenta como vegetação predominante espécies arbóreas de pequeno porte, pteridófitas e cactáceas. Também é possível encontrar no local, espécies de aves e mamíferos de pequeno porte. Apresenta como principal atividade a rizicultura, que impacta com a deposição de agrotóxicos no corpo d'água, que escoam das lavouras. Por este motivo, foi recomendada que se implantasse uma APA neste local. 03 - Fazenda da Cascatinha, localizada na zona rural do município. Caracterizada pela presença de mata ciliar, responsável por preservar o recurso hídrico inserido na área, espécies herbáceas e arbóreas de pequeno porte. Com relação à fauna possui exemplares de aves e mamíferos. A área apresenta atividades pecuárias e agrícolas e, parte dela está inserida em propriedade privada, sendo sugerido, para esta área, uma RPPN.

PALAVRAS-CHAVE: Unidade de Conservação, áreas prioritárias, gestão de municípios.

INTRODUÇÃO

A conservação da biodiversidade é um dos maiores desafios da humanidade. Uma das grandes dificuldades para efetuar essa conservação é a compatibilização entre o uso racional dos recursos e o desenvolvimento de áreas prioritárias, embora conseguir efetuar essa determinação de áreas prioritárias à conservação seja um exercício complexo.

A criação de Unidades de conservação (UCs) compõe um dos elementos centrais no que diz respeito às estratégias de conservação da natureza, concretizando efetivamente a proteção de áreas de interesse. Desde 2010, a Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB, 1992) estabeleceu que 10% da área de cada bioma deve estar sob proteção (MMA, 2015), visto que a criação de UCs é uma das estratégias primordiais para preservação dos ecossistemas e da diversidade biológica de qualquer país (Henry-Silva, 2005).

De modo geral, a criação de uma área protegida é oriunda do surgimento de uma demanda da sociedade, a qual visa às áreas com relevância biológica, cultural ou de beleza cênica, assegurando, sempre que possível o uso sustentável dos recursos naturais pelas populações tradicionais (Diegues, 2001). Além disso, se fazem necessários estudos técnicos destes cenários complexos, a fim de determinar quais áreas deverão ser contempladas, em qual categoria ficará englobada, além de quais os limites que deverão ser pressupostos à UC pretendida.

O município de São Lourenço do Sul, até o presente momento, não possui áreas de conservação em decorrência do entendimento que tal ato seria de competência da esfera estadual. A proposta de criação dessas áreas vem ao encontro da predisposição natural da cidade, que é promover qualidade de vida, preservando o meio ambiente (PAM SLS, 2006), o que motiva o engajamento para que esta realidade mude.

O presente estudo teve como marco legal a Lei nº 6.938/81, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, principalmente em seu artigo 9º e inciso VI, o qual visa a criação de espaços territoriais especialmente protegidos pelo Poder Público federal, estadual e municipal, tais como áreas de proteção ambiental, de relevante interesse ecológico e reservas extrativistas; o Artigo 225, da Constituição Federal, o Decreto nº 2/1994, o qual estabelece a Convenção sobre Diversidade Biológica, o Decreto nº 5.758/2006, o qual institui o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas – PNAP, seus princípios, diretrizes, objetivos e estratégias e a Lei nº 9.985/2000, a qual institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC. A SNUC estabelece critérios e normas para a criação, implantação e gestão das Unidades de Conservação. De posse destes aparatos legais, o objetivo central do presente estudo foi estabelecer três áreas-chave como UCs na cidade costeira de São Lourenço do Sul, assim como as categorias as quais estas se enquadram.

METODOLOGIA

Primeiramente, foram caracterizados os aspectos físicos, bióticos e socioeconômicos do município de São Lourenço do Sul, por meio de revisão bibliográfica. Em seguida, foi efetuada a caracterização da bacia hidrográfica do Rio Camaquã, considerada uma unidade básica de estudos e onde o município está inserido.

Ferramentas de georreferenciamento, como Google Earth e ArcMAP, mapas temáticos de fragilidade do solo e vegetação, foram utilizados para auxiliar na tomada de decisão. Os dados socioeconômicos do IBGE, concomitantes a relatos de moradores das áreas circundantes, auxiliaram a traçar um perfil econômico-social da região. Ainda, foram considerados os aspectos de influência antrópica e impactos ambientais para a escolha das áreas prioritárias.

Saídas ao campo foram efetuadas para determinar as espécies mais evidentes de fauna e flora das áreas-chave. Posteriormente, por intermédio de consultas à bibliografia especializada, foram contempladas as nomenclaturas científicas para as mesmas. Os dados faunísticos e florísticos foram dispostos em forma de tabela, a fim de facilitar a compreensão dos mesmos.

RESULTADOS

ÁREA DE ESTUDO – SÃO LOURENÇO DO SUL

O município de São Lourenço do Sul está inserido nos limites da bacia hidrográfica do Rio Camaquã. Esta bacia se situa porção centro-leste do Estado do Rio Grande do Sul e possui uma área de cerca de 21.623,15 km², compreendendo 29 municípios (SEMA, 2010). Abrange as regiões Geomorfológicas do escudo Sul-Rio-Grandense e planície costeira e seu rio principal apresenta aproximadamente 430 km de extensão, desembocando entre os municípios de São Lourenço do Sul e Camaquã. Segundo mapa de áreas prioritárias para conservação da biodiversidade no RS (Brasil, 2000), o Camaquã abrange áreas de prioridade extremamente alta de conservação para a fauna e flora representada no Estado. Essas informações foram de grande relevância no momento de contemplar os locais a serem considerados.

A Laguna dos Patos, junto à São Lourenço do Sul, forma um litoral de aproximadamente 69 km de extensão, não apresentando grandes reentrâncias, cabendo destaque à praia que se localiza em São Lourenço do Sul. O município conta ainda com o arroio São Lourenço, que serve de ancoradouro de pequenas embarcações que circulam pela Laguna, e de cujos 34 km, apenas 300m são navegáveis (PLAM SLS, 2006).

A área de estudo localiza-se no limite inferior do RS, compreendendo a parte sul de São Lourenço do Sul, conforme Figura 1.

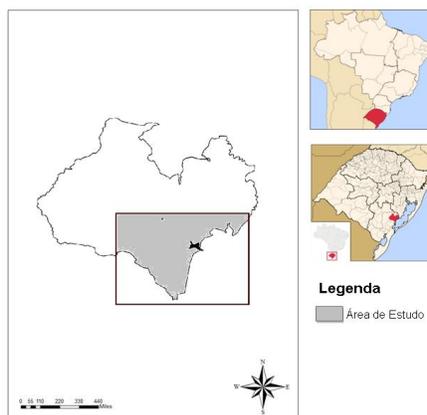


Figura 1: Localização do município de São Lourenço do Sul. Imagem: ArcMap 10.1; Fonte: Autoral.

O município de São Lourenço do Sul está localizado junto à margem oeste da Laguna dos Patos entre as latitudes 30°58'52''S e 30°31'05''S e entre as longitudes 51°44'47''O e 52°27'32''O (PLAM SLS 2006) e possui uma área de 2.045,81km², o que corresponde a 0,8% da superfície do Rio Grande do Sul. Desses, 2,031,91km² correspondem a zona rural, entorno de 99% do território total, cabendo apenas 13,9km² à área urbana (Lima, 2006). A cidade faz divisa com Turuçu, Pelotas, Cristal, Camaquã e Canguçu (Bezerra, 2012).

São Lourenço do Sul é constituído de sete distritos além da sede do município e, de acordo com os dados do CENSO do IBGE de 2010, possui uma população de 43.111 habitantes, sendo quase metade destes residentes no meio rural (Lima, 2006). Além disso, apresenta diversos grupos que compõe o Programa de Economia Solidária, dentre os quais fazem parte: os agentes pastorais do negro – afrodescendentes que buscam igualdade e promoção de trabalho e renda; associação artes e sabores da ilha – grupo de mulheres com produção de artesanato e gastronomia; associação caminho dos pomeranos – turismo rural; associação das pescadoras – mulheres vinculadas à pesca que comercializam artesanato e gastronomia típicas; associação das produtoras de flores fortaleza; associação dos artesãos lourencianos (Bezerra, 2012).

A região apresenta clima temperado úmido, com temperaturas médias no mês mais quente superior à 23°C e média anual inferior à 18°C. O município possui vários sistemas hídricos, abrangendo rio, arroios e corpos d'água de pequenas proporções. O regime fluvial de seus principais cursos d'água é do tipo pluvial oceânico, do gênero subtropical, onde é nítida a predominância das cheias nos períodos de inverno e primavera (Costa *et al*, 1994).

Com relação à cobertura vegetal, destaca-se a formação herbácea rasteira, com a presença de algumas espécies arbustivas e arbóreas (Costa *et al*, 1994). No que diz respeito à fauna, há espécies em processo de extinção. São encontradas na região diversas espécies de roedores, anfíbios, aves e peixes (Costa *et al*, 1994).

Após a compilação prévia de dados, foram escolhidas como áreas-chave para a implementação de unidade de conservação duas zonas no perímetro rural e uma no perímetro urbano do município (Figura 2).

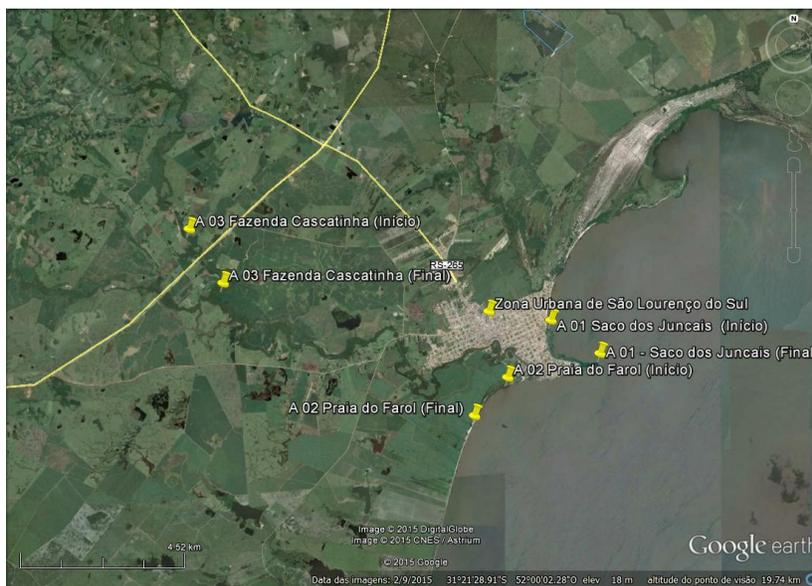


Figura 2: Ilustração das áreas-chave a serem protegidas no município de São Lourenço do Sul: A01 (31°22'17,78" Sul e 51°57'27,95" Oeste) – Saco dos Juncais; A02 (31°23'07,48" Sul e 51°58'51,88" Oeste) – Praia do Farol; A03 (31°20'31,83" Sul 52°04'13,04" Oeste) – Fazenda Cascatinha. Imagem: Google Earth. Fonte: Autoral

I. A 01 – SACO DOS JUNCAIS

O Saco dos Juncais é uma área com 18,66ha e perímetro de 3.966m. Está localizada às margens internas da Laguna dos Patos. Encontra-se na planície lacustre do município de São Lourenço do Sul, compondo a orla da praia do município. É uma região de área úmida, onde a vegetação de maior predominância é o junco (*Juncus* sp.). Essa espécie exerce uma importante função de prevenção no processo de erosão do solo, sendo uma proteção natural devido as suas raízes fortes.

Esta área é representada por uma fisionomia de banhado, que serve de transição entre água e a terra. O local é permanentemente alagado e, sazonalmente, é atingido por águas salgadas, caracterizando um ambiente similar ao de marismas. A parte não alagada da área é constituída de um solo arenoso, característico das margens lagunares. Na parte alagada temos um solo mais lodoso formado pela deposição orgânica das macrófitas. Estes dois tipos de solo são considerados suscetíveis a impactos ambientais devido a sua grande fragilidade.

A vegetação (Tabela 01) é composta por espécies arbóreas e rasteiras, tanto nativas quanto exóticas. A flora local oferece um enorme potencial para a reprodução de espécies de peixes, além de servir de berçário para várias espécies que ali depositam seus ovos. No que diz respeito à fauna, apresenta uma gama de espécies de mamíferos, aves, anfíbios e peixes (Tabela 02).

Tabela 01. Composição florística da área-chave Saco dos Juncais.

Nome vulgar	Nome científico
Capororoca	<i>Rapanea</i> sp. Aubl.
Carrapicho	<i>Desmodium incanum</i> (Sw.) DC
Erva-de-passarinho	<i>Phoradendron affine</i> (Pohl ex DC.) Engl. & K. Krause
Eucalipto	<i>Eucalyptus</i> sp. L'Hér
Jerivá	<i>Syagrus romanzoffiana</i> (Cham.) Glassman
Junco	<i>Juncus effusus</i> L.
Salso	<i>Salix pendulina</i> Wender.
Sarandi	<i>Calliandra brevipes</i> Benth.

Tabela 02. Composição faunística da área-chave Saco dos Juncais.

Nome vulgar	Nome científico
Bagre	<i>Clarias gariepinus</i> (Burchell, 1822)
Cágado	<i>Hydromedusa tectifera</i> Cope, 1870
Camarão-rosa	<i>Farfantepenaeus paulensis</i> Pérez-Farfante, 1967
Caracol Comum	<i>Cornu aspersum</i> (Müller, 1774)
Caranguejo-de-água-doce	<i>Aegla obstipa</i> Bond-Buckup & Buckup 1994
Corvina	<i>Argyrosomus regius</i> (Asso, 1801)
Frango d'água	<i>Gallinula chloropus</i> (Linnaeus, 1758)
Gaivota Real	<i>Larus argentatus</i> Pontoppidan, 1763
Jundiá	<i>Rhamdia quelen</i> (Quoy & Gaimard, 1824)
Lagostim-de-água-doce	<i>Parastacus brasiliensis</i> (Von Martens, 1869)
Pardal	<i>Passer domesticus</i> (Linnaeus, 1758)
Peixe Rei	<i>Odontesthes bonariensis</i> (Valenciennes, 1835)
Pintado	<i>Pseudoplatystoma corruscans</i> (Spix & Agassiz, 1829)
Rato-do-mato	<i>Wilfordomys oenax</i> (Von Martens, 1869)
Saracura	<i>Aramides cajanea</i> Müller, 1776
Siri-azul	<i>Callinectes sapidus</i> Rathbun, 1896
Tainha	<i>Mugil brasiliensis</i> Valenciennes, 1836
Traíra	<i>Hoplias malabaricus</i> (Bloch, 1794)

I.1 PRINCIPAIS FOCOS DE PRESSÃO SOBRE A BIODIVERSIDADE

Como principais focos de pressão, a área apresenta a urbanização, o lançamento de esgoto sem tratamento e a utilização da área como ancoradouro de barcos. Ainda, é uma região utilizada para práticas desportivas aquáticas, como andar de *jet-ski*. Esses fatores vêm causando ao longo do tempo a fragmentação deste habitat, comprometendo a sua conservação.

I.1.1 RELEVÂNCIA E ENQUADRAMENTO DA ÁREA

Por se tratar de uma área extensa e com certo grau de ocupação humana, recomendamos a atribuição de uma APA para este local, visto que, de acordo com o SNUC, Área de Proteção Ambiental (APA) é uma área em geral extensa, com certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais.

I. A 02 – PRAIA DO FAROL

Esta área está localizada às margens internas da Laguna dos Patos. Apresenta como vegetação predominante as espécies arbóreas de pequeno porte, juntamente com pteridófitas e cactáceas (Tabela 03). Já com relação às espécies faunísticas (Tabela 04), é possível encontrar no local uma gama de espécies de aves e mamíferos de pequeno porte.

Tabela 03. Composição florística da área-chave Praia do Farol.

Nome vulgar	Nome científico
Aroeira-vermelha	<i>Schinus terebinthifolius</i> Raddi
Cacto	<i>Euphorbia ingens</i> E. Mey. ex Boiss.
Chal-chal	<i>Allophylus edulis</i> (A. St.-Hil., A. Juss. & Cambess.) Hieron. ex Niederl.
Caporoca	<i>Rapanea</i> sp. Aubl.
Carrapicho	<i>Desmodium incanum</i> (w.) DC
Jerivá	<i>Syagrus romanzoffiana</i> (Cham.) Glassman
Samambaia	<i>Nephrolepis</i> sp. Schott

Tabela 04. Composição faunística da área-chave Praia do Farol.

Nome vulgar	Nome científico
<i>Gaivota Real</i>	<i>Larus argentatus</i> (Pontoppidan, 1763)
<i>Graxaim-do-Campo</i>	<i>Lycalopex gymnocercus</i> (G. Fischer, 1814)
<i>Marrecão</i>	<i>Netta peposaca</i> (Vieillot, 1816)
<i>Marrequinha de santa fé</i>	<i>Anas crecca</i> (Linnaeus 1758)
<i>Rato-do-mato</i>	<i>Wilfredomys oenax</i> (Thomas, 1928)
<i>Pardal</i>	<i>Passer domesticus</i> (Linnaeus, 1758)

I.I PRINCIPAIS FOCOS DE PRESSÃO SOBRE A BIODIVERSIDADE

O local tem como principal pressão a orizicultura, com a retirada de água da Lagoa para irrigação. Além disso, há o despejo da água com agrotóxicos de volta no corpo d'água, juntamente com a poluição aérea em decorrência da deposição dos agrotóxicos efetuada sobre as lavouras, com o uso de aviões. Ainda, a área vem sofrendo com desmatamento de mata nativa em decorrência da instalação de camping nas adjacências.

I.I.I RELEVÂNCIA E ENQUADRAMENTO DA ÁREA

Do mesmo modo que a área-chave Saco dos Juncais, a Praia do Farol abrange uma área extensa e com certo grau de ocupação humana. Em decorrência disso, também recomendamos a atribuição de uma APA para este local.

I. A 03 – FAZENDA CASCATINHA

A área localiza-se no interior da propriedade Fazenda Cascatinha, na zona rural do município de São Lourenço do Sul. O local compreende parte do Rio São Lourenço e tem como principal formação vegetal a mata ciliar ou de galeria, circundante do leito do rio. Este tipo de vegetação é responsável por preservar o recurso hídrico ali presente, protegendo o solo e a biodiversidade. Além dessa vegetação característica, apresenta espécies herbáceas e arbóreas de pequeno porte (Tabela 05). Como representantes da fauna (Tabela 06), o local possui exemplares de mamíferos e aves. Ainda, esta área é caracterizada pela presença de um afloramento rochoso que dá origem a pequenas quedas d'água.

Tabela 05. Composição florística da área-chave Fazenda Cascatinha.

Nome vulgar	Nome científico
Araçá amarelo	<i>Psidium cattleyanum</i> Sabine
Aroeira-vermelha	<i>Schinus terebinthifolius</i> Raddi
Capororoca	<i>Myrsine laetevirens</i> (Mez) Arechav
Figueiras	<i>Ficus</i> sp. L.
Gerivá	<i>Syagrus romanzoffiana</i> (Cham.) Glassman

Tabela 06. Composição faunística da área-chave Fazenda Cascatinha.

Nome vulgar	Nome científico
Capivara	<i>Hydrochoerus hydrochaeris</i> (Linnaeus, 1766)
Pardal	<i>Passer domesticus</i> (Linnaeus, 1758)
Tatu-galinha	<i>Dasyptus novemcinctus</i> (Linnaeus, 1758)

I.I PRINCIPAIS FOCOS DE PRESSÃO SOBRE A BIODIVERSIDADE

Como principal foco de pressão, apresenta áreas com atividades pecuárias, na margem esquerda e agrícola, na margem direita, com o plantio de milho e soja. Além destas, a área é utilizada pela população em geral para fins de turismo e acampamento em uma propriedade privada adjacente.

I.1.1 RELEVÂNCIA E ENQUADRAMENTO DA ÁREA

Como recomendação, cabendo aqui salientar o interesse de ambos os proprietários do entorno em preservar a área, propõe-se um estudo mais detalhado da biodiversidade local, a fim de regulamentar uma Reserva Particular de Patrimônio Natural (RPPN). Uma área privada, gravada com perpetuidade, com o objetivo de conservar a diversidade biológica.

CONCLUSÕES

Do ponto de vista da conservação da biodiversidade e com base nos padrões de variação da riqueza e abundância das espécies ao longo das áreas estudadas, concluímos que não somente é pertinente, mas também necessária a ampliação da relação de UCs atualmente instituídas no Rio Grande do Sul.

Não obstante, no âmbito do município de São Lourenço do Sul, não houve, até o momento, o estabelecimento de um Sistema de Unidades de Conservação, tampouco determinação de áreas isoladas com proteção especial. Na questão apresentada, o município exonera-se do compromisso de gestão de áreas como, por exemplo, o Saco dos Juncais, pois a administração atual baseia-se no fato de a fiscalização desta área ser de competência do Estado. No entanto, as ações que envolvem o gerenciamento de Unidades de Conservação, deixam evidente que o órgão municipal deve procurar superar os limites de gestão e de forma proativa intervir a favor da conservação ambiental em todas as instâncias. Não faltam argumentos dentre a legislação ambiental vigente, para que o município organize de forma planejada o uso do espaço.

Logo, o presente estudo aporta um conjunto de informações relevantes, como subsídio à adoção de um instrumento de destaque na Política Nacional do Meio Ambiente. A partir disso, seria mais palpável a manutenção do equilíbrio ecossistêmico e utilização sustentável, intra e intergeracional, dos recursos ambientais, funções específicas das UCs.

No entanto, o levantamento aqui descrito nos instiga a perceber o quão complexo pode ser este trabalho, pois encaramos como um desafio da gestão pública a triangulação de setores como o econômico, social e ambiental. Sendo assim, acreditamos na viabilidade da implementação das unidades de conservação nas áreas supracitadas, a fim de perpetuar a biodiversidade e importância desses locais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Bezerra M. J. **A ecosofia como sustentação da economia solidária: a experiência de São Lourenço do Sul**/ Dissertação de Mestrado 2012. 205p.
2. Brasil **Avaliação e ações prioritárias para a conservação da biodiversidade da Mata Atlântica e Campos Sulinos**. Ministério do Meio Ambiente/SBF. Brasília, 2000.
3. CDB - **Convenção sobre Diversidade Biológica**. Decreto Legislativo no. 2, de 5 de junho de 1992 Ministério do Meio Ambiente - MMA Série Biodiversidade no. 1 Brasília – DF. 30p.
4. Costa, J. S.; Freitas, M.; Bastiani, F.; Brum, D.; Brauner, P.; Garcez, C.; Meyer, D.; Prates, R. L. G.; Ziebell, R.; Montezuma, I. R.; Montezuma, A.; Colomby, E.; Petrucci, R. L.; Serpa, S. **São Lourenço do Sul Cem Anos 1884 – 1984**. Administração Municipal Ruhd Hübner. 185p. 1984.
5. Diegues, A. C. S. **O Mito Moderno da Natureza Intocada** 3ª Edição. Editora Hucitec. São Paulo, 2001.
6. Henry-Silva, G.G. **A Importância das Unidades de Conservação na Preservação da Diversidade Biológica**. Revista LOGOS, n. 12, 2005.
7. IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: < <http://cod.ibge.gov.br/180K>>, Acesso: setembro de 2015.
8. Lima, M. I. F (2006) **Paisagem, Terroir e Sistemas Agrários: Um estudo em São Lourenço do Sul**. Porto Alegre. Dissertação de mestrado, 151p.



9. MMA - **Criação UC's**. Disponível em: < <http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/unidades-de-conservacao/criacao-ucs>>. Acesso: setembro de 2015.
10. PNAP - **Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas**. Decreto nº 5.758, de 13 de abril de 2006. Ministério do Meio Ambiente – MMA. Secretaria de Biodiversidade e Florestas Diretoria de Áreas Protegidas. Brasília – DF. 40p.
11. PAM SLS – **Plano Ambiental Municipal de São Lourenço do sul**. Estado do Rio Grande do Sul. Prefeitura Municipal de São Lourenço do Sul, Secretaria Municipal de Planejamento e Meio Ambiente. 27p. 2006.
12. SEMA – **Bacia Hidrográfica do Rio Camaquã**. Secretaria Estadual de Meio Ambiente, 2010. Disponível em: <http://www.sema.rs.gov.br/conteudo.asp?cod_menu=57&cod_conteudo=6469>; Acesso: Setembro de 2015.
13. SNUC - **Sistema Nacional de Unidades de Conservação**. Lei 9.985, de 18 de julho de 2000. Ministério do Meio Ambiente - MMA, Brasília - DF 23p.